

LEI Nº 3.242 DE 30 DE JULHO DE 2003

Autoriza a Administração Municipal a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

DINO GIARETTA, Prefeito Municipal de Getúlio Vargas, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito municipal, o Programa de Gestão de Epidemiologia e Controle de Doenças.

Parágrafo único - O presente Programa visa o desenvolvimento de atividades de controle de vetores produtores de zoonozes, aplicação de produtos químicos e/ou biológicos para controle de vetores, realização de vistorias em pontos estratégicos, levantamento de índices para identificação de vetores, com ênfase no controle do Aedes Aegypti, com o apoio técnico e operacional da Secretaria da Saúde do Estado.

Art. 2º - Para o atendimento do Programa instituído nos termos do artigo 1º desta Lei, fica a Administração Municipal autorizada a efetuar a contratação temporária de excepcional interesse público, em razão da necessidade de constituição de equipe multiprofissional municipal, na função a seguir discriminada:

QUANTIDADE	FUNÇÃO
01 (Um)	VIGILANTE

AMBIENTAL

Parágrafo único - As atribuições da função autorizada nos termos deste artigo são afetas ao desenvolvimento de atividades de controle de vetores produtores de zoonozes, aplicação de produtos químicos e/ou biológicos para controle de vetores, realização de vistorias em pontos estratégicos, levantamento de índices para identificação de vetores, com ênfase no controle do Aedes Aegypti, com a assessoria técnica e apoio operacional do gestor estadual.

Art. 3º - O contrato, de que trata o artigo anterior, será regido pelo Regime Jurídico Único, ficando assegurados os seguinte direitos ao(à) contratado(a):

I - remuneração equivalente do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Padrão 5;

II - jornada de trabalho; serviço extraordinário; repouso semanal remunerado, adicional de insalubridade e gratificação natalina proporcional;

III - férias proporcionais, ao término do contrato;

IV - inscrição no sistema oficial de Previdência Social.

Art. 4º - O(a) contratado(a) nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato de trabalho;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei.

Art. 5º - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I - pelo término do prazo contratual, previsto no artigo 6º;

II - por iniciativa do(a) contratado(a);

III - por iniciativa da Administração Municipal, decorrente de conveniência administrativa.

Parágrafo único - A extinção do contrato, antes do término do prazo contratual previsto, nos casos dos incisos II e III, deverá ser comunicada mediante aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 6º - O contrato autorizado pelo art. 1º, desta Lei, vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, prorrogável por igual período.

Art. 7º - O tempo de serviço prestado em virtude da contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE

10301000192.064 - MANUTENÇÃO DO PAB-VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.04.04.0000 - Contrat. por tempo determinado Profis. demais áreas

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GETÚLIO VARGAS, 30 de julho de 2003.

DINO GIARETTA,
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se

LORI ANTONIO RODIGHERI,

Secretário de Administração.